

PORTUGAL democrático

REDAÇÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 379 — sala 601 — Telefone: 35-5822 — SÃO PAULO

ANO I — N.º 11

SÃO PAULO, MAIO DE 1957

CR\$ 3,00

Os intelectuais paulistas e a visita de Craveiro Lopes

"Este manifesto é a melhor homenagem que os escritores, jornalistas e artistas de S. Paulo poderiam prestar a Portugal.

Realmente, o respeito que lhes merece a cultura que serviu de base para a formação brasileira e a amizade e o respeito que devem a um povo cujo sangue é o sangue de pelo menos noventa por cento dos brasileiros, impedem que um intelectual consciente das suas responsabilidades e homens que só podem viver num clima de liberdade de pensamento e de expressão possam solidarizar-se com qualquer homenagem tributada a uma tirania.

Há cerca de trinta anos a vida espiritual portuguesa foi paralisada por uma ditadura. Há cerca de trinta anos o homem de pensamento de Portugal não pode manifestar-se livremente nem pela imprensa, nem pelo rádio, nem

pelo livro. Na própria tribuna parlamentar, na qual a palavra é garantida pela mais absoluta imunidade em todos os países civilizados, é defeso, em Portugal, a liberdade de expressão. Os poucos rebeldes da inteligência que tentaram opor-se à coerção odiosa, pagaram caro sua independência de caráter. Os professores foram expulsos das cátedras universitárias, os escritores foram para o cárcere. Muitos se deportaram e morreram "em terras vísceras de África", naquele horroroso Tarrafal, palavra que passa à história desta época lastimável com o mesmo aspecto repulsivo de Dachau ou Buchenwald.

Em todo o território português, a publicação de qualquer jornal ou revista, de qualquer livro ou boletim, tem que submeter-se a uma censura previa. Livros e jor-

nais estrangeiros são apreendidos, editoras fechadas se se atreverem a infringir qualquer pequeno capricho da censura. Os periódicos só saem com este salvo-conduto aviltante impresso em sua primeira página: "Visado pela Comissão de Censura". Como não existe liberdade de imprensa, foi também abolida a liberdade de associação e de reunião. A própria liberdade religiosa é cerceada. A correspondência é violada nos Correios quando endereçada a nomes suspeitos à ditadura ou se trate de publicação que defenda as liberdades públicas. Só um partido político pode ter ação em terras portuguesas: o partido do governo, o partido do ditador. Ainda hoje se torturam e assassinam presos políticos nas prisões, como aconteceu recentemente ao serem chacinados dois cidadãos pela polícia do Porto. O judiciário, inteiramente submetido, não tem voz nem ação para coibir tais atentados contra a pessoa humana. Por isso, a sinistra polícia política viola os lares, assalta casas e escritórios e confisca papéis, documentos e até bens, sem o menor dever de dar conta de abusos e violências. Políticos processados, mas que conseguiram cumprir a pena a que foram condenados, continuam presos, porque a condenação não conseguiu reduzi-los. Basta citar o exemplo

(Conclue na 2.ª pag.)

Eleição de Candidato UNICO

por MARIA ARCHER

Li no "Estado de São Paulo" dia 1 de Junho, no título dum notícia destacada: A VISITA DO SNR CRAVEIRO LOPES.

Veramente, é esta a exacta nomenclatura para a estadia, no Brasil, desse general do exército português nomeado pelo ditador Salazar para exercer, como usurpador, o cargo de Presidente da República. É-me desvanecidamente grato que o Brasil esbanje festejos para honrar a visita dum português, até mesmo a do sr. Craveiro Lopes, mas ter-me-ia sido ainda mais grato que o Brasil tivesse engalanado e festejado o cientista português dr. Egas Moniz, o nosso único PREMIO NOBEL, a quem, em Portugal, e por ser democrata, foi proibido prestar homenagens públicas.

É-me calorosamente grato sentir afagado, nestes festejos oficiais cujos ecos a imprensa me transmite, o meu orgulho de participar da grande comunidade lusitana que, no século XX, ainda mantém no mundo uma área de 10 milhões de Km² em que se fala português e, sobretudo saber que neste momento honra e glória estão sendo dispensadas a esse amado Portugal que deu mundos novos ao mundo e tenho servido quando em mim cabe. Mas contesto ao sr. Craveiro Lopes capacidade legal para receber nas suas mãos as homenagens prestadas no Brasil ao povo português; contesto-lhe a qualidade de Presidente da República Portuguesa; afirmo que a sua presença no Brasil, em representação do povo português, é uma usurpação idêntica à usurpação de Peron, Somoza, Trujillo, Rojas Pinillo, Franco, como Presidentes das Repúblicas; nem eu, nem os democratas portugueses, lhe reconhecemos categoria para mais do que o lido no "Estado de São Paulo", dia 1

de junho: A VISITA DO SNR CRAVEIRO LOPES.

Empreguei palavras pesadas de responsabilidade — usurpação, contestação, Considero-me obrigada a justificá-las sobretudo para os brasileiros. Os portugueses do Brasil, sendo democratas estão perfeitamente esclarecidos e não necessitam das minhas luzes — os outros são o cego que não quer ver e deles não rezo a História. O problema angustiante da Argélia, com a sua colônia francesa de olhos fechados para as realidades, exemplifica de certo modo a posição da colônia portuguesa do Brasil, paradigma típico do que acontece urbi et orbi com massas populacionais emigradas e prosperando em País estrangeiro.

Eu disse: usurpação.

O sr. Marechal Carmona, Presidente salazarista anterior ao sr. Craveiro Lopes, tinha sido nomeado através dum farsa eleitoral de candidato único, manobra publicitária em que o País inteiro VOTOU, desde os

(Conclue na 4.ª pag.)

AOS LEITORES

Por motivos completamente alheios à nossa vontade PORTUGAL DEMOCRÁTICO foi forçado à última hora a mudar de tipografia, quando já tinha com posto grande parte deste número, razão porque pedimos desculpas aos nossos leitores pelas deficiências gráficas e pelo atraso com que publicamos o presente

Lição de uma visita

Faltávamos ao que prometemos no nosso programa de trabalho e por outro lado, desmentiríamos o título do nosso jornal, se não comentássemos como portugueses e democratas, a visita ao Brasil do General Craveiro Lopes. Como portugueses, dos que não aceitam de ninguém lições de patriotismo e de amor ao país, uma visita deste tipo só poderia ser grata ao nosso coração. Somos centenas de milhares, por esse Brasil fora, a orgulhar-nos com tudo o que exalta Portugal e a sofrermos com tudo o que o deprime ou diminua. Se observássemos as coisas apenas pelo lado exterior, se nos limitássemos, para formar o nosso julgamento a ler as reportagens das festividades que acompanham os movimentos do General Craveiro Lopes, tal visita deveria, portanto, regozijar-nos. Existem, porém, tantos e tão grandes problemas, implícitos neste acontecimento, que a nossa reação não pode ser tão primária.

Antes de mais, esclareçamos que o regozijo patriótico, absolutamente natural, por ver um português recebido tão festivamente pelos brasileiros levou alguns leitores deste jornal a sugerir uma trégua, enquanto durasse a visita. Raciocinam assim, responderam outros amigos que combatem conosco, seria deixar que persistisse a identificação, tão aproveitada no Brasil pelo governo de Salazar, entre a nação portuguesa e o Estado Novo. Para que falar em tréguas? Com Portugal não pode haver tréguas, porque não há luta: há amor apenas, do mais profundo e sentido. Com o governo de Salazar também não pode haver tréguas, mas por outro motivo: com ele lutamos realmente, e esse combate só terminará quando tal governo deixar de assassinar adversários políticos nas prisões, quando devolver à nação a dignidade de que a privou e que é corolário da liberdade roubada quando retirar Portugal daquela "apagada e triste" de que falam os estrangeiros que nos visitam.

A esses amigos, que nos falam de tréguas, poderíamos também objetar mostrando o movimento, organizado por brasileiros de todas as correntes, que aproveitaram a presente visita para reclamar para o nosso país as liberdades de que se acha privado. Também esses brasileiros lutaram no seu íntimo, entre os deveres da hospitalidade, tão arranjados no Brasil, e os superiores imperativos de uma consciência democrática. Como homens dignos, resolveram o dilema fazendo sentir ao hóspede que, através das homenagens prestadas, era ao seu povo que pretendiam prestar culto, e aproveitando a ocasião para externarem o seu desgosto, e por vezes mesmo a sua indignação perante a situação degradante a que o salazarismo conduziu o nosso país. A ação dos deputados brasileiros, dos intelectuais brasileiros, dos estudantes brasileiros e do povo brasileiro em geral, que homenagearam Portugal sem esquecerem os que no nosso país lutam contra a tirania, calou fundo no nosso coração e mostra suficientemente, aos que nos sugerem tréguas como seria criminoso o nosso silêncio.

Tanto mais criminoso quanto deixaríamos o governo do Estado Novo roubar, mais uma vez, uma vitória que não conquistou e engalanar-se com louros que não lhe são destinados. Não consentamos que Salazar, como certos aristocratas arruinados, redobre os braços com um casamento de conveniência: façamos-lhe ver que não poderá esperar qualquer apoio do Brasil, para manter o seu Governo, que a luta da Oposição democrática e a inflexível determinação do povo português, minam e corroem. Mostremos a Salazar que o movimento popular verificado em torno da presente visita se dirige não ao seu Governo, mas ao povo que ele oprime não ao General Craveiro Lopes, mas ao país que bem ou mal representa, não ao regime que domina Portugal há mais de trinta anos, mas à infeliz nação que o suporta. De igual modo, nenhum português de boa fé deve enganar-se: as manifestações a que damos guarida neste número de deputados, escritores, artistas, chefes sindicais, jornalistas e estudantes, fazendo restrições à presença do General Craveiro Lopes no Brasil, inspiram-se toda a num profundo amor ao nosso país.

É esta, na verdade, a lição a extrair da visita do General Craveiro Lopes ao Brasil: a certeza de que, deste lado do Atlântico, há um povo que, pondo de parte momentaneamente as suas querelas internas, os seus próprios problemas, veio para a rua, logo que se lhe apresentou a ocasião, abraçar fraternalmente Portugal e, pela voz dos melhores dos seus filhos pedir, reclamar, exigir, com a autoridade que o parentesco próximo lhe permite, que ao velho irmão português seja devolvida a alegria de viver, a liberdade de espírito, a consciência democrática, de que foi espoliado por uma longa noite de opressão e sofrimento.

Prof. Rodrigues Direito



Passou em 12 do presente mês de Maio, o primeiro aniversário do falecimento daquele que em vida se chamou Antonio Rodrigues Direito. Contava 80 anos, sendo natural de Trancoso (Portugal), onde também exalou o último suspiro.

Conhecemos-nos há uns

(Conclue na 2.ª pagina)



Os intelectuais Paulistas e a visita...

(Conclusão da 1.ª página)

do capitão Henrique Galvão e do dr. Alvaro Cunhal, que se acham nas condições apontadas mas cumprida a condenação judicial para a prisão perpétua a arbitrio da ditadura.

Dentre as obras estrangeiras que estão proibidas de circular em Portugal, podem citar-se os livros de Proudhon, de Sainte Beuve, de Sartre, de Nietzsche, de Leon Blum, de Harold Lasky, de Py y Margal e inumeros outros autores que nem subversivos são, mas porque apenas defendem as doutrinas de liberdade de pensamento. Até obras de autores portugueses a ditadura não permite se publiquem, como alguns livros de Alexandre Herculano, de Eça de Queiroz, de Guerra Junqueiro e de Antonio Sergio, o maior sociologo português. Varios autores e jornais brasileiros são também proibidos.

Prof. RODRIGUES DIREITO

(Conclusão da 1.ª página)

bons vinte anos, e desde então não cessara de o respeitar e admirar pela sua nobreza de carácter e bondade de coração, atributos estes aliados a um impressionante espirito combater a defesa do seu ideal democrático. Como os melhores republicanos de antes de 1910, morreu pobre, não poucos de seus antigos alunos havendo sido educados a expensas suas.

Corajoso, direi até intemerato, mesmo na luta das duas últimas décadas, ou seja em pleno reinado de terror do cap. Lourenço, entendia que aos esbirros deste era fácil exercer violências, mas não dobrar caracteres, como o era, e assim dele se podia dizer, com Sá de Miranda, "de antes quebrar que torcer".

A par de tudo isto era de uma extraordinária candura, direi mesmo ingenuidade. Recordo, por exemplo, que no dia imediato ao da minha saída condicional do Aljube, veio a minha casa, era um domingo de Páscoa e falou-me com alvoroço da iniciativa que acabara de tomar, incluindo-me na lista elaborada a pedido de uma organização norte-americana a que o Presidente Truman não era estranho. lista ultimada poucos dias antes e visando a obtenção de um subsídio temporário às famílias dos que Salazar procurava liquidar economicamente. Como lhe manifestasse o meu cepticismo acerca da sinceridade de tal propósito dos norte-americanos, insistiu não ser o Presidente Truman alheio à beneficente organização.

Pobre Rodrigues Direito! Levava o seu sincero desejo de minorar a minha compreensível preocupação de chefe de família, ao ponto de esquecer que se

dentre eles Jorge Amado e Graciliano Ramos. A revista Anhembi tem também a sua circulação impedida porque publicou um artigo de Egas Moniz, unico Premio Nobel de lingua portuguesa, porque o grande sabio mereceu, até morrer, as iras da ditadura, sendo por isso afastado da cathedra e de qualquer serviço público. Isso sem contar a apreensão periodica de revistas e jornais de qualquer origem, quando criticam ou fazem qualquer allusão desagradavel á situação politica desumana a que está submetido o país.

Por tais fatos, que são notorios e universalmente conhecidos, é que escritores, jornalistas e artistas de São Paulo não compreendem como possam Universidades, associações de intelectuais, Camaras de deputados e de vereadores e até governos do Brasil prestarem qualquer homenagem ao sr. general Craveiro Lopes, que é o mais graduado representante da tirania que mantém

Franco e Salazar sobreviveram à tremenda e inútil hecatombe de 39/45, fora simplesmente porque Truman a tal se não quis opôr, acompanhado aliás por Churchill e Stalin.

Bastante amargurados foram os últimos anos de sua existência, pois fez questão de "manter até ao fim da vida o aprumo, dignidade e amor com que sempre defendeu as suas idéias e a sua honra".

Em plena campanha eleitoral de Novembro de 1953, foi objeto de dois processos, um de natureza penal e outro disciplinar, mandados instaurar pelo governo de Salazar, com base na violação da campanha que desobedeceu esta defesa de "democratas do seu tempo e governantes da primeira República", afirmando "se esquecia de que, na sua fobia, logo de entrada determinara devassas e inquirições sobre a sua conduta politica e administrativa, bem como sobre as suas fortunas e nem um só ponde ser incriminado, reconhecendo-se que todos eram pobres, honrados, honestos republicanos e democratas sinceros e conscientes que à República tudo haviam sacrificado".

No decurso desses processos a policia politica fez publicar em todos os jornais um comunicado em que dizia haver-se o Prof. Direito retratado na policia... Corajosamente, como sempre, apressou-se Rodrigues Direito a enviar aos jornais um desmentido ao comunicado da policia. A Censura estava, porém, atenta e não permitiu a divulgação do desmentido nos jornais. Foi esta uma das últimas, se não a última das humilhações que tentaram infligir-lhe como se o velho cedro fosse susceptível de se retratar...

J. PEDROSO DE LIMA

estragulada a verdadeira intelligência de Portugal.

Não se alegue que tais pretos se fazem a Portugal e não á pessoa do governante português, porque isto é sofisma. Recentemente estiveram em S. Paulo alguns dos mais lústres representantes da intelligencia portuguesa. Dentre eles, Manuel Rodrigues Lapa, o mais notavel filologo de lingua portuguesa, em cujas obras notaveis se contam algumas de indiscutivel valor sobre a literatura brasileira. Pois nem Rodrigues Lapa teve a distincção de ser nomeado "doutor honoris causa" pela Universidade de São Paulo. Como Egas Moniz jamais recebeu qualquer titulo ou voto pela sua altissima posição científica de renovador da neurocirurgia. E ambos eram professores universitarios, expulsos da Universidade de Lisboa, porque achavam que a cathedra é uma tribuna livre para o pensamento livre.

Se quisermos no Brasil honrar Portugal com a manifestação de nosso respeito e do nosso amor, que são realmente acirradissimos e inextinguíveis, devemos fazê-lo através daqueles vultos que de fato podem representar a cultura e a civilização deste grande país, nunca por intermedio dos que mais contribuído têm para comprometer essa cultura e essa civilização.

Esta a causa do protesto veemente que as entidades mais representativas da vida espiritual de São Paulo fazem contra a recepção e as homenagens que se prestam ao sr. general Craveiro Lopes, cuja pessoa respeitam por dever de hospitalidade que nenhum povo livre nega seja lá a quem for, mas cuja posição de opressor do povo português repugna e indigna á parte culta de um povo, como o brasileiro, que pode avistar bem os horrores, os males e a indignidade de uma tirania, porque já a sentiu nas próprias carnes, mas a rec de Deus, soube repeli-la como tem sabido repeli-los quaisquer tentativas de cerco ao pensamento ou de diminuição á dignidade de um povo, com determinação de ser livre, politica, intelectual e espiritualmente. — Paulo Duarte, presidente da Sociedade Paulista de Escritores; Maric Donato, presidente da Associação Brasileira de Escritores (Secção de São Paulo); J. Hercilano Pires, presidente do Sindicato dos Ornamentalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Cyro Pimentel, presidente do Clube de Poesia de S. Paulo; Maestro Edoardo De Guarnieri, presidente da Associação Paulista de Musica; Valdemar Cordeiro, presidente da União dos Artistas Plasticos de São Paulo.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Director-responsavel:

Otávio Martins de Moura

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democrático" com verdade e independencia. Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portugueses, que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Numero avulso 3,00
Assin. anual 30,00
Assin. especia 120,00

TRIBUNA dos Leitores

CARTA DE UM JOVEM DE LISBOA

Senhor Director

No quadro geral da situação do povo, a juventude não podia deixar de sofrer, por sua própria natureza, as maiores limitações e privações impostas pelo salazarismo.

Os camponeses e operários como camadas mais exploradas da população, bem cedo sabem o que é o trabalho duro e mal remunerado e os jovens são bem os "homens que nunca foram meninos", como escrevia o saudoso Pereira Gomes.

Mal saídos de uma infância de miséria são lançados para os campos dos grandes agrários ou para as fábricas onde, sem proteção alguma fazem os trabalhos mais penosos e cheios de riscos. Os seus salários são miseráveis. Mais uns escudos a acrescentar nos salários de fome do país.

No campo, onde a situação dos trabalhadores ainda é mais desumana há periodicamente grandes crises de trabalho que fazem mergulhar na situação mais desesperante milhares e milhares de camponeses. Estes chegam a ficar deitados dias seguidos porque o andar a pé sem comer os debilita mais. O seu nível de vida é dos mais baixos da Europa, só comparável ao da Espanha e Grécia.

Nestas condições o jovem camponês nasce com a fome e muito cedo sabe o que é a exploração. Trabalhando já como homem recebe metade do salário deste. E o que é o salário? No Alentejo, região de grandes agrários, um jovem de 17 a 18 anos ganha, com a comida 2 escudos e cinquenta centavos por dia. Um par de botas custa 180 escudos e um fato não custa menos de 500 escudos. E o resto?

Os jovens operários sofrem privações idênticas. Aos 12 anos as suas vidas fazem parte das máquinas que enriquecem os grandes industriais. E a elas ficam agarrados até que o esforço já não recompense o magro salário que recebem. Depois em qualquer bairro de lata acabam sua vida de miséria.

O analfabetismo tem sido uma arma constante da reacção para dominar as classes trabalhadoras. A percentagem de analfabetismo tem sido uma arma constante da reacção para dominar as classes trabalhadoras. A percentagem de analfabetos até há pouco existente era de 40% Portugal, aqui, como em quase tudo que indica elevação do nível de vida da população, ocupa os indices mais baixos nos estatisticas mundiais.

Mes os tempos mudam e hoje, com uma mecanização cada vez mais intensa e complicada, o governo salazarista vê-se obrigado a criar quadros especializados para os campos quer para a industria. Então surge-se em campanhas de educação popular que não tem como objectivo real e viver a cultura do povo (porque não lhe era a condições materiais para isso), mas sim prepará-los para uma maior exploração na corrida de maior produtividade. Aquí também os jovens são sacrificados por um acréscimo de trabalho e desgaste que não é compensado.

Todos os verdadeiros problemas da juventude operária e camponesa estão por resolver: o direito a um trabalho continuo e bem remunerado; o direito á instrução e á cultura; o direito ao recreio e ao desporto; o direito ao casamento. Estes direitos são entre outros os que mais intensamente se fazem sentir.

A juventude estudantil, embora por condições de classe não tenha tantas dificuldades como a camponesa e a operária, sente bem as limitações que o fascismo põe ás suas maiores necessidades.

O ingresso nas escolas é difícil. O custo das propinas e dos livros tornam o ensino acessível só aos filhos das classes mais privilegiadas. Só com muitos sacrificios e privações grande parte dos estudantes consegue tirar um curso.

Os processos pedagogicos são decalados nos moldes mais reaccionários. Os alunos que mostram vontade de conhecer caminhos mais progressivos na investigação científica ou histórica ficam logo debaixo de vigilância atenta de alguns professores que não hesitam em os denunciar á policia. Os melhores mestres, os mais competentes, são afastados do ensino por que o governo não tolera desvios á sua orientação dogmática em todos os campos.

Os dirigentes das associações dos estudantes quando são eleitos livremente não conseguem subsídios para as diversas secções dos organismos que representam.

O governo só protege com largos fundos as organizações de estudantes integradas na Mocidade Portuguesa (organização pré-militar e fascista).

Todas as iniciativas culturais tem que ir á censura ministerial, o que quer dizer que as de maior interesse para os jovens não são permitidas.

Terminando o curso, o desemprego ou sub-desemprego esperam o novo diplomado.

Os jovens estudantes como os jovens camponeses e operários não têm as suas necessidades mais prementes resolvidas: a redução do preço das propinas e livros e aumento das bolsas de estudo; a criação de habitações saudáveis e restaurantes baratos; as associações livres com subsídios para o bom funcionamento das diversas secções (pedagógica, cultural, desportiva, de recreio, de camaradagem, etc., etc.) a reforma do ensino em moldes atuais; o emprego garantido uma vez terminado o curso, etc., etc.

A situação da juventude portuguesa é o espelho fiel do fracasso dada ditadura salazarista que desde 1926 no poder tem feito para captar e mobilizar para os seus fins os jovens de Portugal.

Mas desde 1926 essa juventude se dá generosamente, ocupando os lugares da frente na luta para a implantação de um regime democratico no nosso país.

E preferindo a luta á subserviência, e preferindo a prisão e a morte ao abandono dos seus ideais, ela tem sido um exemplo de energia e amor fraternal, ela tem sido uma fonte de novas forças que vão engrossar as forças democraticas nacionais.

Lisboa, 11 de Maio de 1957

a) José Fausto Macedo

de trás das grades

Os advogados de Lisboa, Porto e Coimbra protestam contra os métodos da PIDE

Damos à estampa as seguintes mensagens assinadas por dezenas de advogados e que a censura de Salazar não deixou tornar públicas.

Exmo. Sr. Presidente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

LISBOA

Exmo. Colega:

Aos ouvidos dos advogados de Coimbra chegaram firmes e persistentes rumores de que na Inspeção do Porto da Polícia do (PIDE) se passam fatos ab-internacional e Defesa do Estado solutamente anormais no tratamento dos presos políticos que têm a infelicidade de entrar nas macmorras da mesma polícia.

Fala-se de sevícias graves nas pessoas dos presos e de requintes de crueldade a que os mesmos são sujeitos, chegando a propalar-se que as torturas são tantas que dali saíram mortos como consequência imediata desse desumano tratamento. Joaquim Lemos de Oliveira, de Fafe, em 15 de Fevereiro, e Manuel da Silva Junior, de Viana do Castelo, em 2 de Março corrente.

As circunstâncias — ao que corre — em que estes dois indivíduos saíram, sem vida, das prisões da referida polícia, e a descrição dos pormenores em que decorreram as suas autópsias e funerais, são de molde a arrepiar a consciência de todas as pessoas de alma bem formada.

Bem sabemos que em tudo quanto se diz pode haver muito de fantasia e pura invenção.

Mas também pode haver muita ou alguma verdade.

Há que apurar para socego e tranquilidade de todos e para satisfação da consciência jurídica dos que vivem do direito.

Os advogados de Coimbra, sem preocupações de ordem política ou ideológica, visto fazerem parte de setores políticos os mais diversos, uns dentro da Situação política vigente e outros fora dela, mas irmanados todos no mesmo anseio de dignificação das funções judiciárias ou afins, e cónscios de que por esta forma servem o Direito, na luminosa expressão do artigo 545 do Estatuto Judiciário, vêm perante V. Exa., como a mais alta expressão de advocacia portuguesa, pedir com o maior fervor que envie todos os esforços para que se ordene e proceda a um rigoroso, imparcial e sério inquérito ao que se passa intra-muros da PIDE no Porto e muito especialmente ao que se passou com os dois casos referidos de Joaquim Lemos de Oliveira, de Fafe, e Manuel da Silva Junior, de Viana do Castelo.

Afigura-se aos Signatários que a intervenção de V. Exa., no sentido solicitado está dentro da alta finalidade desta Ordem:

—auxiliar a administração da justiça e — contribuir para o aperfeiçoamento da legislação concorrente às instituições judiciárias

Coimbra, 16 de Março de 1957

A Bem da Nação

aa) Miguel Alves Correia, José Ferreira, Alberto de Castro Pita, Fernando Lopes, Maia de Carvalho, Carvalho Lucas, Frutuoso Veiga, José Paredes, Hernani Marques, M. Fernandes de Oliveira, Fernandes Martins, Maria Regina Carvalheiro, Martin Afonso de Castro, Alfredo Gomes, Ricardo Matos,

Contente Ribeiro, Antonio Sabino Júnior, Alberto Vilaça, João Costa Neves, Frederico Lopes, António José Soares, Ro-



Joaquim Lemos de Oliveira que morreu torturado pela PIDE

Senhor Ministro da Presidência

EXCELENCIA

Os signatários, na sua qualidade de advogados, uns por representam pessoas presas na PIDE, ou que já ali estiveram detidas — todas por delitos chamados políticos ou de opinião — e outros por naverem tido noticia do que ali se tem passado, vêm expôr e solicitar a Vossa Excelência o seguinte

— Nos atos de instrução preparatória de processos políticos e em relação a muitos arguidos presos na Polícia Internacional e de Defesa do Estado, segundo chegou ao seu conhecimento através de constituintes, das respectivas famílias, dos contactos com os processos, entre si e com a opinião pública, têm ocorrido fatos de extrema gravidade.

Assim, os signatários têm sido repetidamente informados de que, naquela Polícia, se utilizam normalmente, como métodos de investigação, condenáveis formas de tortura física e moral, que vão desde a conhecida "estátua" (em que obrigam os detidos a estar fias e noites seguidos de pé, voltados para uma parede), aos espancamentos, interrogatórios insistentes ou a qualquer hora da noite, encarceramentos prolongados em celas impróprias para a vida humana, etc.

Ainda no processo atualmente em julgamento no Tribunal Plenário Criminal do Porto, em que são arguidos 52 cidadãos, dos quais a grande maioria é constituída por jovens estudantes universitários, tais fatos se encontram largamente referidos e documentados, por modo impressionante e pormenorizado, que não pode deixar de causar a mais profunda emoção e repulsa, sem que, todavia, tivessem sido tomadas, até agora, as adequadas providências que se impunham.

O alarme e a inquietação que todos estes fatos justificam, tornaram-se ultimamente mais vivos, ao saber-se que em 15 de Fevereiro passado e em 2 Março corrente, nas Prisões Privativas da PIDE, apareceram mortos, em circunstâncias por esclarecer, dois detidos políticos, que estavam sendo objeto de investigação: Joaquim Lemos de Oliveira, de Fafe, e Manuel da Silva Junior, de Viana do Castelo.

Estes falecimentos, considerando os delicados aspectos que lhes estão relacionados, impressionam profundamente todas as pessoas que deles tiveram noticias, bem como os signatários, já angustiados com aquelas ocorrências anormais que têm chegado ao seu conhecimento, tanto mais que outros casos de detidos e perseguidos, por moti-

que Palm, Costa Reis, Márcio Assis, João Faria, António Baptista Guedes, Armando de Almeida, Albino Anselmo Vaz, J. Souza e Castro, Alípio da Rocha, Albano Cunha, José Caldinhas, Augusto Braga.

Esta exposição foi assinada pelos advogados acima indicados, que constituem a quase totalidade dos que efetivamente exercem a advocacia em Coimbra e representam todas as correntes políticas e religiosas, inclusivamente sendo um (Martim Afonso de Castro) governador civil substituto de Coimbra e outro (João Faria) presidente da Câmara Municipal de Condelixa (conselho vizinho de Coimbra).

Meneres Campos, José Martins da Fonte, António Ramos de Almeida, Armando Bacelar, Márcio Cal Brandão, Armando de Castro, Manuel Dias Andrade, Luís da Ponte, Artur Santos Silva, Alvaro Roçadas, Luiz Veiga, Fernando Santos Silva, José Neves, Raul de Castro, Jaime dos Anjos, Carlos Cal Brandão, Manuel de Sousa Dias, Fernando Taveira da Costa, Jaime Alves Vilhena de Andrade, Luís de Castro Caseiro, Alexandre Babo, Orlando Juncal, Alexandre Esteves, Mário Júlio Montalvão Machado, Amílcar de Castro, Inácio Garção Soares, Bernardino Machado de Sousa Vaz, Aurélio Proença, Augusto Saraiva Peixoto, Arnaldo Mesquita, Coelho dos Santos, Augusto Constante Pereira, Luiz Mendes, Antero Abreu, Barbo-

sa de Magalhães, Lino Lima, Manuel João da Palma Carlos, António Alcada Baptista, Gustavo Soromenho, Avelino Cunha, Heliodoro Caldeira, Luís de Azevedo, Luís Carvalho Oliveira, Agostinho de Sá Vieira, Joaquim Roque do Vale, Arlindo Vicente, Acácio Gouveia, José Paradelo de Oliveira, Nuno Rodrigues dos Santos, Manuel Sertório Marques da Silva, Carlos Homem de Sá, Ernesto de Moura Coutinho, Eurico Ferreira, Eduardo Fernandes, Luís Francisco Rebelo, Pinto Gonçalves, Jacinto Simões, Armando Aarão e Silva, Grácio Ribeiro, Humberto Lopes, Duarte Furtado Castanheira Lobo, José Magalhães Godinho, Mário Ferreira, Inácio Fiadeiro, José Cruz Ferreira, Luís Salas, Belarmino Costa Pinto.

Intervenções . . .

(Conclusão da pagina 7)

que iam chover de todos os lados? Que ia ser da "dignidade" dos governantes? O inocente acima referido, no seu otimismo, pensa que a censura existe apenas por motivos políticos. Pura ilusão! Não é só aos adversários que o Estado Novo pretende calar — eu quase diria: é às próprias consciências do seu proprio rebanho que ele precisa de ocultar a verdade, a tremenda verdade: a total insubsistencia do poder, apenas seguro pela força. E a força, sem a censura, não começaria a periclitar? Os cúmplices, agora acorbetados pela sua "ignorancia", não iriam rebelar-se, não podendo já dizer que "não sabiam" — como aqueles inocentes que, vizinhos dos campos de concentração alemães, "não sabiam de nada"? E' tão facil "não saber de nada," quando a imprensa está amordaçada!

O perigo que representaria a abertura das portas tornaria insustentável a posição moral do regime, antes de lhe abalar a posição política. Seria muito mais perigoso para ele que o país inteiro, até às mais remotas aldeias, até às mais incultas camadas da população pudesse saber que, embora divergindo entre si acerca das soluções políticas e sociais desejáveis, a grande maioria da elite portuguesa lhe condenava os métodos po-

liciais, e as sanções, inclusive economicas, que o regime usa para a sua defesa. Ver-se-ia então que o "perigo comunista" nunca existiu, mas que existe, sim, o perigo da liberdade de opiniões — mas perigo apenas para a ditadura e não para o país. E uma grande parte da imprensa teria aspecto bem diferente se o medo — um medo perfeitamente justificado — não a obrigasse a acolher nas suas colunas os protegidos do governo, os doutores de toda a espécie, de borla e capelo ou outros, guindados a grandes "mentalidades" por decreto — e pela supressão da concorrência. A imprensa portuguesa que, quando da morte de Egas Moniz, gloria da ciência portuguesa e Premio Nobel, quase não pôde falar d'ele, por imposição de censura, deixaria de apregoar a fama dos falsos sabios, dos falsos grandes escritores, e então se poderia proclamar que, durante 30 anos, a inteligência portuguesa viveu nas catacumbas — e mesmo assim mete medo a um governo que, embora tendo medo a muitas outras coisas, se apavora sobretudo perante a hipotese de se ver frente a frente, sem o cómodo abrigo da censura, com a voz daqueles que lutam contra ele tendo como unicas armas o amor da verdade e a dignidade intelectual.

de (O Estado de S. Paulo)

LIVRARIA EDITORA GERMINAL

ESPECIALIZADA NA VENDA DE LIVROS POLITICOS PROIBIDOS EM PORTUGAL RIO DE JANEIRO

Caixa Postal 142 - Agencia da Lapa: Fone 52-1001

AVENIDA 13 DE MAIO, 23 — SALA 922

A BEM DA NAÇÃO

Março de 1957

aa) Fernando de Abranches Ferrão, José Domingues dos Santos, Olívio França, Antonio Macedo, Eduardo Raíha, João

Eleição de Candidato UNICO

(Conclusão da 1.ª pag.)

ausentes aos mortos. Eleito e reeleito, sempre como candidato unico, morreu ha anos, muito velho e rico. Aberta a vaga na Presidencia repetiu-se a farsa eleitoral mas agora com a variante de ser concedida a Oposição uma especie de ferias politicas, para se expandir em liberdade vigiada. Tivemos permissão para propor um candidato nosso à Presidencia vacante. O sr. Almirante Quintão Meireles aceitou esse posto e a Oposição tentou conseguir garantias preliminares para o uso do direito do voto livre, fiscalização das Assembleias eleitorais, liberdade de propaganda, etc, enfim, e ritual comum numa eleição em povos civilizados. Foram-nos então negadas quaisquer garantias e a equiparação com as facilidades de propaganda de que dispunha o candidato de Salazar, como locais para comícios, imprensa livre, cartazes, etc. Trabalhava nessa campanha e posso afirmar, como testemunha, que dias antes da eleição verificou-se plenamente que Salazar, ao conceder à Oposição o direito de apresentar um candidato pretendia apenas efeitos de prestígio, nacional e internacionalmente, e alçar o seu homem como um trofeu sobre o candidato democrata, aquele a quem não considerava virtualmente um candidato mas um vencido em potencial. Então a candidatura do sr. Almirante Quintão Meireles foi retirada e o sr. Craveiro Lopes, candidato unico numa eleição sem fiscalização ou qualquer disputa, verdadeira comedia eleitoral, foi eleito Presidente da Republica por votos tão numerosos que, em muitas assembleias, atingiram o numero total dos inscritos no respectivo recenseamento. Mais uma vez os ausentes e mortos votaram no homem de Salazar.

O governo não se envergonhou de se vangloriar, como duma victoria, deste imenso vexame imposto a Portugal. O Presidente da Republica Portuguesa que o Brasil agora recebe é este mesmo sr. Craveiro Lopes, usurpador da qualidade de representante de Portugal. Usurpou o titulo de Presidente da Republica Portuguesa e vem ao Brasil em missão de propagandista do regime salazarista, ditadura com 30 anos de vida e que ainda precisa de propaganda internacional para se consolidar no ambiente da nacionalidade. O sr. Craveiro Lopes agarrou o titulo de Presidente da Republica Portuguesa numa barganha eleitoral tão caracterizada como a da eleição de Rojas Pinilla, ha meses, na Colombia.

Aqui está, no numero de Maio da revista francesa "Realités" um artigo assinado por Jean-Louis Clément, a classificação do governo português ao lado dos da Colombia, Chile, Equador, Costa Rica, Peru, e mais ditaduras americanas. Governos de ditaduras, não representantes de povos livres. O sr. Craveiro Lopes é tão representante do povo português como o sr. Juan Peron é ou foi representante do povo argentino. As autenticas democracias como esta abençoada democracia brasileira, são regimes de liberdade. Nelas podemos admitir, no enviado de um ditador, um representante do povo português, mas também se admite nos seus opositores, como eu, o direito à opinião discordante. E sob a égide da democracia brasileira que me permito, neste País engalanado para receber o sr. Craveiro Lopes, a insistencia em afirmar que ele não passa de ser o enviado de um ditador, um usurpador que

se aproveitou do posto de Presidente da Republica Portuguesa através da mistificação duma eleição em que foi candidato unico.

Não sei de organização mais vergonhosa de que eleições portuguesas sob a ditadura de Salazar. O partido unico, chamado União Nacional (porque em Portugal, como na Italia fascista, na Alemanha nazista, na Espanha franquista ou nas ditaduras de Peron, de Trujillo, de So-moza, de Rojas Pinilla, só um partido é consentido), o partido unico, repito, tem os seus cadernos eleitorais organizados a par dos serviços de recenseamento oficiais. Os membros do partido, de União Nacional, durante o acto eleitoral ocupam mesas e cadeiras ao lado dos membros dos serviços oficiais. Os eleitores arrumam-se em filas silenciosas, ordeiros e ostentam na mão, bem evidente, um envelope com o timbre da União Nacional, no qual consta o seu numero de inscrição no registro particular do partido. A descarga dos votos faz-se, simultaneamente, nos livros da Comissão Eleitoral e nos da União Nacional, isto é, os agentes do partido mantem-se em controle permanente da eleição, apesar desta não apresentar disputa. Não ha disputa mas permanece a necessidade de ser mantido o ambiente inquisitorial em que as rebeldias dos animos fracos se abatem, a submissão se conquista em face da ameaça, o terror progride. Após essas eleições indispudadas ha sempre perseguições politicas, depurações de funcionarios prisioneiros e torturas, processos judiciais que são vinganças da ditadura. A eleição do sr. Craveiro Lopes seguiu-se um processo politico em Tribunal Militar, cuja história eu escrevi em mais de 500 folhas dactilografadas e me foi roubada, de cima da minha secretaria e ainda em elaboração, num assalto da policia politica, que nunca me restituiu o original como era obrigada por lei. Nesse processo foram julgados e condenados o sr. brigad-iro Maia, o sr. coronel Tadeu, o sr. Ten-coronel Reis, o sr. capitão Galvão, varios civis, alguns com cursos superiores. O senhor capitão Galvão, o mais temido desses réus, tinha cumprida a pena de 3 anos de reclusão a que fora condenado mas nem por isso recuperou a liberdade. Continua preso, ignoro sob que alçada legal ou incriminação.

Já de há muito o governo ditatorial a que preside o sr. Craveiro Lopes mantem presos, como medida de segurança, varios condenados, mesmo após a sua penalidade cumprida. Prisão por tempo indeterminado, a que só podemos imaginar, como remate, a morte ou a loucura da vítima. O referido sr. capitão Galvão já tem transitado, em estado de loucura, da prisão para um nosocomio especializado. Mas, não contente em manter em prisão perpetua os seus adversarios judicialmente condenados, o governo a que preside o sr. Craveiro Lopes decretou, e esse decreto encontra-se publicado no Diário do Governo de 12 de março de 1966, que os presos politicos, mesmo absolvidos, podem continuar presos à ordem do governo, por medida de segurança e tempo indeterminado. Prisão perpetua, se a duração da ditadura for a da vida do preso.

O Presidente dum governo que assim atenta contra o povo português não é o seu representante! Peço ao povo do Brasil que reflita antes de aplaudir o sr. Craveiro Lopes; e que não con-

funda o povo português com o governo português. Foi do sangue e da alma do povo português que saiu o Brasil, não foi do governo de Salazar. O povo português tem mil anos de História gloriosa e o governo de Salazar é um acidente infeliz nessa camoneana em que figurará a par da perda da nossa Independencia sob a ocupação espanhola.

Um século após a partida do sr. D. João VI, exatamente em 17 de setembro de 1922, chegou ao Brasil o sr. Dr. Antonio José de Almeida, Presidente da Republica Portuguesa. Os ecos dessa viagem triunfal ainda vivem na memoria dos contemporaneos. Tenho-os deante de mim no livro "Duas patrias" editado em 1923.

Havia corrido um seculo sobre a Independencia do Brasil e 12 anos sobre a implantação da Republica em Portugal. O mundo ainda ignorava as organizações publicitarias de propaganda politica que foram das mais perniciosas inovações da fascismo e do nazismo. Os festejos oficiais no Brasil, em 1922, programavam cerimoniaes, solenidades, espetaculos, inaugurações, passeios, etc, adornavam as ruas de tropas fardadas de gala, decoravam os edificios publicos com bandeiras e iluminações, queimavam fogos de artificios. O mundo oficial e diplomatico formava o elenco humano dos festejos, por dever de officio, mas nenhuma entidade fomentava organizava, disciplinava, conduzia, o entusiasmo popular. Este era espontaneo e manifestava-se conforme a vocação nacional. O povo pejava ruas e praças, engalanava as suas janelas gritava vivas, batia palmas, se lhe aprazia. Nenhum ministério ou municipalidade comprava toneladas de papel multicolor para fornecer ao povo material festivo, nenhum ministério ou municipalidade mandaria funcionarios guarnecer as ruas de manifestantes, no temor de não haver exhibições bastante ardorosas devidas aos mirones volutarios. Nessa epoca um Chefe de Estado, ao ser recebido em País estrangeiro, podia aferir sem erro no acolhimento popular, do real sentimento entre a Nação visitada. O Sr. Dr. Antonio José de Almeida, Presidente da Republica Portuguesa dellrantemente aclamado no Brasil pelo povo, homenageado com as maximas honras por todas as classes sociais, colheu um preito autentico e recebeu-o em plena posse da sua categoria de Chefe de Estado. Categoria de Chefe de Estado que ninguém em tempo algum, lhe contestou. Categoria de eleito em eleições livres.

Tinha a Republica Portuguesa apenas 12 anos de existencia. A destronada monarquia dos Braganças conservava ainda fiéis partidários e muitos deles viviam no Brasil em voluntario exilio. Portanto havia então, como agora, no Brasil, um grupo de portugueses opositoristas ao governo. O seu líder, o escritor Carlos Malheiro Dias, foi então orador oficial da colonia portuguesa do Rio de Janeiro, em duas solenidades a que assistiu o Sr. Dr. Antonio José de Almeida no Gabinete Português de Leitura e na inauguração do Panteon, monumento oferecido ao Brasil pela colonia portuguesa. Em ambas estava presente o Sr. Dr. Epitacio Pessoa, Presidente da Republica Brasileira, e Carlos Malheiro Dias, nessas peças de esplendorosa oratoria, de exaltação patriótica, de lusitanidade, começou assim:

— Excelentissimo Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil!

Certo é que Carlos Malheiro Dias aceitou das mãos do seu adversario politico, do Presidente da Republica que combateu e combatia, a comenda de Grande Oficial da Ordem Militar de São Tiago da Espada. Mas posso garantir que nenhum de nós os resistentes à ditadura portuguesa exilados no Brasil, receberemos qualquer comenda das mãos do Sr. Craveiro Lopes. Há um abismo entre a posição de monarchicos e republicanos portugueses em 1922 e a dos atuais portugueses da opposição democratica e da situação salazarista. Um abismo cheio de sangue, de dor, de ruínas, de humilhações sem perdão. Os primeiros consideravam-se adversarios politicos; os segundos, tal como foi estabelecido num dos discursos de Salazar são inimigos.

Não ha paridade de situação entre o grupo monarchico exilado no Brasil a quando da recepção ao Presidente da Republica Portuguesa, e o grupo de democratas resistentes exilados no Brasil e contemporaneos da visita do Sr. Craveiro Lopes. O Sr. Dr. Antonio José de Almeida, repito-o, foi um Presidente legalmente eleito, em pleito livre, e incontestado e incontestavel na sua categoria e direito ao alto posto que ocupou. E o Sr. Craveiro Lopes é um usurpador, ilegalmente nomeado e empossado pelo ditador Salazar num posto a que o elevaram através das manigancias duma eleição de candidato unico. Não ha paridade de situação entre o Presidente da Republica Sr. Dr. Antonio José de Almeida e o Sr. Craveiro Lopes, agora em visita ao Brasil por conta do crario português.

Não ha igualmente paridade de situação entre os republicanos portugueses, adversarios dos monarchicos exilados ou não no Brasil, e a dos salazaristas, inimigos dos democratas exilados ou não. Os monarchicos portugueses nunca sofreram, na sua Patria republicana, uma ditadura, que os privasse de direitos civis e politicos; usufruíam liberdade de imprensa, de associação, de reunião, da palavra, isto é, dispunham de todas as liberdades democraticas e em igualdade com os republicanos; mantinham o seu partido politico com existencia legal, concorriam às eleições, elegiam os seus deputados. Nunca presos monarchicos foram torturados em interrogatórios politicos, condenados a prisão perpetua, mutilados, assassinados pela policia no seculo dos carcerees; nunca a esposa dum politico monarchico foi encarcerada, por tempo indeterminado, a fim de forçar seu marido a entregar-se à prisão, como aconteceu ha uns anos com a esposa do democrata Soares Gomes.

Os monarchicos portugueses exilados no Brasil podiam ver no Sr. Dr. Antonio José de Almeida um adversario leal e considerarlo igualmente o Presidente da Republica Portuguesa. Nós, democratas portugueses exilados no Brasil vemos unicamente no Sr. Craveiro Lopes um usurpador. Contestamos-lhe a qualidade de Presidente da Republica Portuguesa. Sob a égide duma democracia posso dizer do Senhor Craveiro Lopes verdades que ninguém lhe disse ou dirá num regime de ditadura.

Contesto ao Sr. Craveiro Lopes a qualidade de Presidente da Republica Portuguesa! Oh! Portugal, quantos crimes se cometem em teu nome!

REAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MANIFESTAÇÕES DE DESAGRADO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E NA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO PERANTE A VISITA DO GENERAL CRAVEIRO LOPES

Dias antes da chegada do General Craveiro Lopes ao Brasil, as vozes de diversos deputados elevaram-se na Assembleia Legislativa para fustigarem o governo de Salazar. Assim, o líder socialista Wilson Rahal afirmou, num veemente discurso (que publicaremos na integra no próximo número):

"Manifestando o nosso desagrado pela visita de um representante de um regime fascista, mas proclamando a nossa satisfação pela vinda de mais um cidadão português ao nosso País, reafirmamos, igualmente, a nossa imperturbavel fidelidade ao regime democratico e a esperança de que as homenagens que os brasileiros prestarão ao povo português não sejam escamoteadas em favor do regime anti-democratico ainda em vigor em Portugal".

Ne dia seguinte, o deputado Cid Franco (PSB) figura de elevada complexão moral, lous do alto da tribuna e editorial de PORTUGAL DEMOCRATICO (último n.º), intitulado A POLITICA DE MÃOS SUJAS.

O deputado Ralf Zumbano também usou da palavra para chamar a atenção da Assembleia sobre a infeliz situação em que se encontra o povo português.

Noutra ocasião, o deputado Cid Franco voltando a ocupar a tribuna referiu-se à resolução aprovada pela União Estadual dos Estudantes que reafirma a sua fé inabalável nos principios democraticos e na futura emancipação do povo português em luta por democracia e liberdade.

FALA DO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM LATICINIOS. O líder sindical Santos Bobadilha afirmou aos jornais:

"Craveiro Lopes não representa, em absoluto, o bravo povo português, mas sim o fascismo, a tirania salazarista, que o martiriza. Não poderíamos manifestar a menor simpatia a um representante do governo que comete os mais bárbaros crimes contra nossos irmãos de além-mar, a que nos ligam tantos laços de sentimento e tradição. A manifestação de nossa revolta e indignação diante da infeliz visita é, antes de mais nada, uma prova de solidariedade a este povo que tanto sofre e luta contra a infame ditadura. Esta visita é também afronta aos sentimentos humanitários e democraticos de nosso povo".

O caso do...

Conclusão da 7.ª página)

Escritores, estranha a iniciativa da Congregação desta Faculdade, propondo ao Egrégio Conselho Universitário a concessão do título de doutor "honoris causa" ao general Craveiro Lopes, presidente de Portugal e que vem em visita ao nosso País.

Não entrando no mérito dos argumentos expostos por v. exa., contrários à proposta de nossa Congregação, desejamos lembrar-lhe que a indicação — que abrange também o presidente da Itália, que virá brevemente ao Brasil — tem por fim, única e exclusivamente, homenagear, na pessoa desses dois homens de Estado, os dois povos que tanto admiramos e a que estamos tão profundamente ligados por laços históricos e por laços de sangue, como pelo cruz, em particular, lhes deve a Faculdade a Filosofia pelas lições dos eminentes mestres de ambos os países que por aqui passaram, inflando poderosamente sobre a nossa formação cultural.

Isso, sem indagar, em absoluto,

de suas posições políticas, abstando-nos mesmo de tomá-las em consideração. E para melhor conhecimento da posição tomada pela Congregação desta Faculdade, permitimo-nos enviar-lhe, em anexo, o texto da indicação que foi aprovada em sessão de 15 de abril p. passado".

A INDICAÇÃO

A proposta encaminhada pela Congregação da Faculdade ao Conselho Universitário, está vazada nos seguintes termos:

"No corrente ano de 1957 visitará o Brasil, oficialmente convidados, os presidentes de Portugal e da Itália, representando os povos das duas Republicas amigas.

Inútil lembrar o que devemos aos nossos antepassados — os portugueses de outrora e aos irmãos portugueses de hoje. Não é só o sangue que deixaram nas veias da maioria dos brasileiros. É também o sangue que derramaram em nosso solo para que fosse possível traçar o atual contorno do Brasil. É, além de tudo, o entrelaçamento cultural que

persistirá sempre e de que foram operários em nossa Faculdade o admirável professor Fidelino de Figueiredo e seus grandes compatriotas professores Canto Soares e Francisco Rebelo Gonçalves.

A Itália manteve e mantém laços muito estreitos com o Brasil, reforçados pela imigração em grande escala dos últimos 70 anos, cooperando para o engrandecimento do nosso País. Sob o aspecto cultural, a influência que se fez sentir desde muitos séculos marcou época em nossa Faculdade com as figuras extraordinárias do grande mestre Ettore Onorato e dos ilustres professores Luigi Fantappiè, Gleb Wataghin, Giuseppe Ungaretti, Francesco Piccolo, Giacomo Albanese, Luigi Galvani, Vittorio De Falco, Edoardo Bizzarri e Giuseppe Occhialini.

Os presidentes de Portugal e da Itália representam assim para nós, sem indagar de suas posições políticas, os dois povos a que tanto admiramos e a pleiade de homens de ciências, das artes, da filosofia e das letras que por aqui passaram ou de longe, influíram sobre a nossa formação cultural.

Propomos à Douta Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que solicite ao Egrégio Conselho Universitário a concessão do título de doutor "honoris causa" aos presidentes de Portugal e da Itália, para entrega solene em assembleia universitária convocada nas duas oportunidades".

x—x

Ficamos assim sabendo que o Senhor General, representante do Governo de Salazar, deve o seu título universitário aos serviços prestados à Universidade paulistana por eminentes professores, como o Doutor Fidelino de Figueiredo, que esse mesmo Governo colocou à margem do ensino, no nosso país, devido ao seu inflexível espírito democrático. Trata-se de uma situação, temos de convir, pelo menos paradoxal e que devia levar o senhor General, se o aprumo moral fosse o seu forte, a recusar o título concedido com tal condicionamento.

PEDIDO DE ANISTIA

Recebemos de Lisboa a seguinte mensagem entregue à Assembléa Nacional Portuguesa pedindo anistia aos presos políticos.

Senhores Deputados

à Assembléa Nacional

Excelências:

O Apelo de Anistia, que tão profundo eco tem encontrado na Nação, corresponde a um sincero desejo de Concórdia e Pacificação da Família Portuguesa. Algumas das mais prestigiosas individualidades da nossa vida religiosa, cultural e política subscreveram esse apelo, ao lado de milhares de pessoas das mais diversas condições.

Pela voz autorizada do ilustre deputado Prof. Dr. Pinto Barriga, teve a Assembléa Nacional oportunidade de ouvir a voz da Nação. E Sua Excelência o Digníssimo Presidente da Assembléa Nacional ao afirmar a um grupo de familiares de

presos políticos que "pessoalmente concordava com a concessão da Anistia" interpretou também os sentimentos e a vontade nacionais.

Excelências:

A concessão de uma ampla e total Anistia a todos os que encontram presos por discordância das idéias governativas — abrirá à nossa Pátria as portas duma verdadeira unidade nacional, que estamos certos certos todos os portugueses desejam.

A pacificação da Família Portuguesa corresponde a uma autêntica necessidade nacional.

Certos desta verdade, os signatários, pessoas de família e amigos de presos políticos, solicitam o alto apelo de V. Excia. em favor da concessão de uma ampla e total Anistia.

PORTUGAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

(Conclusão da 8.ª pag.)

NOTÍCIAS DE HOJE de novo a visita o seguinte comentário.

Os círculos oficiais do governo se preparam para receber esta semana com festas e pompa o general Craveiro Lopes presidente do regime salazarista de Portugal, em viagem protocolar ao nosso país. Em nos aproximamos deste acontecimento, que foi colocado no centro de toda a propaganda do governo e de setores conhecidos das

ativa e inquebrável fidelidade aos sempre devotamos à amizade e fraternidade que ligam muito estreitamente nosso povo do combalido e honrado povo português. Este sentimento de carinho se traduz aqui numa ininterrupta e grande estima pela colônia mais antiga e mais indissolúvelmente identificada com nossa pátria. Não deixamos de considerar sempre justas e oportunas todas as homenagens que visem enaltecer a pátria portuguesa, o povo português e a colônia portuguesa radicada em nosso país. Isto decorre sobretudo do fato de termos inúmeros e fundamentais pontos comuns de cultura, de história, de língua, de vocação humanista e democrática.

É evidente no entanto, que o nosso povo sabe fazer a justa distinção entre o povo português, suas lutas, seus anseios de liberdade, independência e progresso, de um lado, e de outro lado o Estado salazarista, remanescente do nazifascismo, que há mais de 30 anos implantou pelo terror e a opressão o regime policial odiado por todos os portugueses.

O Sr. General Craveiro Lopes, elevado ao posto de presidente do Estado salazarista pelos serviços que prestou ao regime implantado em Portugal, é também responsável por esses crimes contra a pátria e o povo português. Como homem de confiança de Salazar, por eleito e moldado para o alto posto de máquina do Estado Novo, Craveiro não é outra coisa senão o "homem de palha" a que se refere a recente denúncia da Sociedade Paulista de Escritores, que protesta contra a projetada homenagem que pretendem prestar-lhe na Universidade de São Paulo.

A visita de Craveiro Lopes é uma ofensa ao povo português e à sua colônia radicada em nosso país, porque, entre outras medidas, antes de chegar mandou para cá um numeroso e adestrado corpo de policiais da PIDE, a fim de intimidar os portugueses-democratas. Du-

rante estes 30 anos de fascismo em Portugal, nenhum governo brasileiro teve a iniciativa de convidar e promover recepção a um chefe do Estado salazarista.

Nestes dias em que estará presente em nosso país a figura decorativa do salazarismo, nosso povo não deixará de aproveitar a oportunidade para intensificar a sua solidariedade de a todos os portugueses patriotas e democratas em seu vigoroso protesto contra o Estado Novo salazarista, pela independência a democracia e o progresso em Portugal, pela liberdade de milhares de presos políticos, manifestando todos os brasileiros, mais uma vez, a sua entranhada amizade ao povo irmão, desejando-lhe a mais e próxima vitória democrática que liquide a opressão imperante em seu país e restabeleça a soberania nacional de Portugal.

A Juventude...

(Conclusão da 6.ª pag.)

miu Nobel), retardando assim o progresso científico em Portugal;

2.º) O gal. Craveiro Lopes não representa o glorioso povo português e sim uma oligarquia que o oprime.

Por outro lado, manifestamos solidários com o povo luso em sua luta para que se dê início, em Portugal, ao processo democrático, único veículo do progresso dos povos, como bem demonstra historicamente o magnífico exemplo norte-americano.

Assinado: pelo Diretório do Gremio Politécnico — LADIS BIEZUS — Presidente.

Os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, indignados com a concessão ao grau de doutor HONORIS CAUSA ao General Craveiro Lopes, foram os primeiros a sair à rua, com o seguinte manifesto:

"O Gremio da Faculdade de Filosofia da U.S.P., entidade que congrega 2.300 alunos, em face da concessão do título de "Doutor Honoris-Causa" ao gen. Craveiro Lopes, presidente de Portugal, pela Universidade de São Paulo, considerando que o gen. Craveiro Lopes é símbolo de um regime ditatorial não representativo das tradições do povo português e que, portanto, não pro-

cedem os motivos alegados na concessão do título; considerando que este regime, representado pelo presidente Craveiro Lopes, tem impedido a livre manifestação do pensamento da intelectualidade e do povo português, atentatório, por conseguinte, à própria ideia de cultura e universidade; considerando que este regime, representado pela presidente Craveiro Lopes, tem cerceado a atuação e participação dos estudantes na vida nacional pela coerção e força; considerando que este regime, representado pelo presidente Craveiro Lopes, tem limitado por leis as atividades dos gremios, centros acadêmicos e associações estudantis, impedindo a união dos estudantes portugueses em torno de entidades centrais; considerando enfim, que o presidente Craveiro Lopes, não apresentou qualquer contribuição ao desenvolvimento científico e cultural e, de outro lado, não é representativo do povo e das tradições de Portugal e que, portanto, não há o que justifique a concessão de tal título; vem a público manifestar: 1 — o seu total repúdio à concessão do título de "Doutor Honoris-Causa" pela Universidade de São Paulo ao gen. Craveiro Lopes; 2) — a sua total e irrestrita solidariedade aos colegas de Portugal, que com seu povo, lutam pela liberdade e pela democracia".

INDICADOR PROFISSIONAL

Dr Arnaldo de Toledo Braga
Cirurgião Dentista

Pela Universidade de São Paulo

TRATAMENTO DE GENGIVAS — CIRURGIA —
PONTES MÓVEIS — DENTADURAS

Consultório:

RUA BENJAMIN CONSTANT, 39 — 4.º — Sala 41

Marcar hora, das 8 às 12 e das 14 às 17 horas,
pelo telefone 32-3040

Biografia do General

(Conclusão da 8.ª pag.)

parte e reeleito para um terceiro período de sete anos o quase moribundo Carmona, cujo único programa de governo era permanecer no governo enquanto vivesse.

Morre Carmona sem chegar aos vinte e um anos de maioridade como presidente da República e Salazar, atrapalhado, viu-se obrigado a escolher às pressas outro pau-mandado. Procurou vários generais, pois o Exército o exigia. Todos os papáveis, porém, achavam que o povo vivia cansado do regime vigente e o governo gasto por mais de 20 anos de governo discricionário, assim uma modificação deveria ser feita. Todos, não é bem isso, pois o general Francisco E. Craveiro Lopes, o mais apagado deles, mostrou no entanto que era o mais vivo de todos. Apresentou a Salazar um programa perfeitamente de acordo com o espírito do chamado Estado Novo português e a mentalidade do chefe. Foi logo escolhido, está claro e implicitamente nomeado Presidente da República, num simulacro de eleições livres, onde as mais grosseiras falcatruas foram feitas para roubar voos ao candidato da oposição.

Desde então até agora, com base no programa ostensivo proclamado nos comícios de propaganda do general Craveiro Lopes, pelo qual prometia este uma lei de imprensa liberal, reconhecimento dos direitos da oposição e outras promessas, grupos numerosos de escritores, professores, oficiais do Exército, cientistas e comerciantes

vêm-lhe dirigindo, vezes sem conta, mensagens respeitadas reclamando o cumprimento daquelas promessas. Até hoje, o honrado general Craveiro Lopes não teve tempo de responder a qualquer dessas mensagens...

De alguns meses para cá, distúrbios sérios na vida política e administrativa de Portugal tirando o malogro total do corporativismo ditatorial e ainda o apelo desesperado e dramático do ministro das Corporações Marcelo Caetano, implorando aos portugueses para que venham a tentação da impaciência e do desespero, trouxe aos mais otimistas a certeza do próximo fim de Salazar. Isso deu ao general Craveiro Lopes ânimo para opor ligeiras restrições ao "mandado, preso e quero" do ditador. Este porém não se julga tão fraco assim, tanto que por causa desse gesto de timidez rebeldia Craveiro Lopes não será talvez reeleito por Salazar que tem em vista o ru militar, um dos vários membros da família Bron oficiais generais perfeitamente fétis ao estadista de Santa Comba Dão, ao qual se reserva a honra de ser nomeado Presidente da República para o período 1958-1964.

A visita agora do ilustre general Craveiro Lopes ao Brasil faz parte do seu programa de esforços heróicos para ganhar novamente as boas graças do todo poderoso Senhor que, com apoio do clero, da nobreza e não do povo se tornou patrão e dono único da terra portuguesa...

(Transcrito do "Anhembi")

A Juventude Brasileira Protesta

A juventude brasileira, arrebatada de justiça, indignada e feroz da Democracia e da dignidade humana, não pôde cruzar os braços perante os atentados perpetrados no nosso país contra os direitos juvenis. Aproveitando a visita ao Brasil do General Craveiro Lopes,

os jovens brasileiros tornaram-se os arautos mais sentidos das reivindicações de seus irmãos portugueses.

Assim, a **UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES**, órgão geral da mocidade acadêmica brasileira, comentou a visita no seguinte manifesto:

"Excelentíssimo Senhor General Craveiro Lopes Presidente da República Portuguesa

Na oportunidade em que nosso país se engalana para hospedar V. Exa., a União Nacional dos Estudantes do Brasil associa-se ao jubileu de portugueses e brasileiros, reflexo da tradicional amizade entre os nossos povos.

Firmados na mensagem de confiança de que é portador V. Exa., imbuídos do sentimento de irmandade que, nesta hora, se reaviva entre as duas nações, permitimo-nos estender nossa saudação aos jovens das Universidades, portuguesas que, neste momento, reclamam dos estudantes de todo o mundo a indispensável solidariedade para a independência dos seus órgãos representativos.

Os universitários brasileiros, mais do que quaisquer outros, sentem-se, por motivos históricos, irmanados aos colegas portugueses. De tal forma, que dirigir este apelo a V. Exa. significa o mesmo que falar ao próprio Presidente da República Brasileira.

Estamos identificados com seus compatriotas. Compreendemos, com eles, que a Universidade deve ser autônoma, organismo apartado das injunções de Estado, consentida ampla liberdade para a formação da juventude.

Longe de diminuir os laços de simpatia, agora revigorados com a presença de V. Exa., esta saudação significa a palavra cordial e franca dos estudantes brasileiros admiradores do povo português, que V. Exa. representa como o seu mais alto magistrado.

José Baptista de Oliveira Jr. Presidente
Carlos Noel de Mello Vice-Presidente

x-x

Por seu turno, a **UNIAO ESTADUAL DOS ESTUDANTES** órgão acadêmico de São Paulo, repudiou veementemente a situação criada aos jovens lusitanos:

"A União Estadual dos Estudantes, entidade central de representação e coordenação dos universitários paulistas por ocasião da visita ao Brasil do general Craveiro Lopes, tomando conhecimento de que o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, resolveu outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa, no empenho de homenagear o povo e a cultura de Portugal e, considerando:

1 - que o general Craveiro Lopes representa um regime ditatorial incompatível com os princípios democráticos assegurados pela Declaração dos Direitos do Homem e pela Carta das Nações Unidas;

2 - que o regime português vem sistematicamente violando estes princípios, o que repugna a toda consciência democrática do mundo;

3 - que em Portugal não se permite a livre manifestação do pensamento e a livre associação;

4 - que o governo português cercela dessa forma a participação dos universitários na vida nacional, através da proibição do funcionamento de entidades centrais de representação da classe;

5 - que também as demais associações de classe em Portugal não possuem a liberdade necessária à sua atuação reivindicatória;

6 - que dessa forma o general Craveiro Lopes não representa o glorioso e amigo povo de Portugal, mas apenas uma oligarquia, que entrava o desenvolvimento sócio-econômico daquele país e infelicitava o povo português;

7 - que a concessão da citada honraria se consubstanciaria mais como uma justa homenagem ao povo português, do que um perigoso apoio ao regime vigente em Portugal, transformando-se, dessa forma em um instrumento que o mesmo povo, vem de público manifestar;

a) - seu veemente repúdio à concessão do título Doutor Honoris Causa ao citado general; b) - reafirmar sua inabalável fé nos princípios democráticos e na futura emancipação do povo português em sua luta por "Democracia e Liberdade".

CAMAL SCHAIM - Secretário-geral"

x-x

Os estudantes secundários paulistas, reunidos em Congresso, nesta capital, em princípio de Junho, aprovaram, depois de longa discussão, uma proposta, moldada em termos veementes, reclamando maiores liberdades para os seus colegas portugueses. A proposta foi apresentada ao conclave pelo jovem Waldó Claro, que foi eleito neste Congresso para o lugar de Presidente da agrimação aos acadêmicos secundários.

Os grêmios acadêmicos dos principais Institutos de ensino superior apresentaram, separadamente, a expressão dos sentimentos dos respectivos estudantes. O Grémio Politécnico fez-o nos seguintes termos:

"O Grémio Politécnico, convicto de que somente o processo democrático, fundamentado e caracterizado pelo uso das liberdades e por uma melhor distribuição da riqueza, realiza a evolução cultural e econômica de um povo, vem manifestar publicamente seu repúdio à concessão do título de Doutor "honoris causa" ao gal. Craveiro Lopes, pelos seguintes motivos:

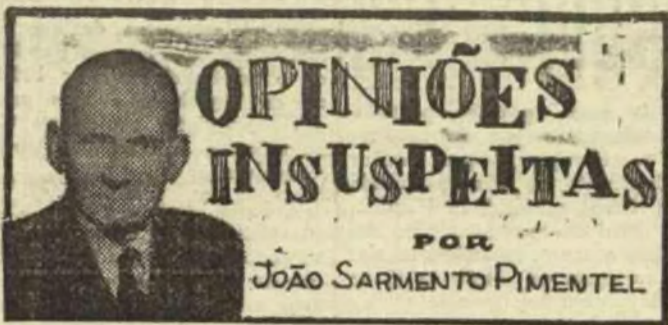
1.o) O atual regime português é uma ditadura monopartidária que

a) cercela a livre manifestação do pensamento,

b) impede o direito de associação em geral e particularmente a estudantil, a tal ponto de que, num "fac-simile" de nossa organização sindical, tem o governo o "direito" de vetar os dirigentes escolhidos em eleições,

c) nega a liberdade de crença filosófica, perseguindo aqueles que não seguem os "princípios" do ditador Salazar, como foram os casos dos cientistas Bento Jesus Caraça e Egas Moniz (pre-

(Conclue na 5.a pag)



OPINIÕES INSUSPEITAS

por JOÃO SARMENTO PIMENTEL

VAGA ESPERANÇA

É possível que ao senhor General Craveiro Lopes, quando entrar no magestoso atrio da Casa de Portugal para receber, como Presidente da República Portuguesa, as homenagens dos seus patrióticos, ocorra a seguinte pergunta:

Quem teve a idéia deste padrão à nossa Grel?

Sim, porque desde o nome — Casa de Portugal — até ao alto sentimento de patriotismo que congregou tantos portugueses, tantas e tão generosas e persistentes vontades, para se erguer na capital bandeirante este palácio imponente, existiu um precursor, a alma mater do espírito tornada realidade palpável e na sua traça lúdica, proporções, fins a que se destina, afirma o prestigio, o caráter inconfundível e até o orgulho da nossa gente.

Essa afirmação lúrida começou como a do Evangelho — "In principio erat verbum..." assim fora, quatro séculos antes, quando Nobrega subiu o planalto.

Alli dentro se revigora, como num templo, a fé que se alicerça nos destinos imorredouros da nacionalidade e presta culto à Pátria distante e à Liberdade. Ali se vemram com respeito e grãdãdo os nossos maiores, e há como é da velha tradição portuguesa, um patrono — o Infante Navegador — com a sua Ordem Honorífica, e outras confrarias para as festividades de devoções paralelas, todas a elevarem, conduzirem para um mesmo fim — desejo sincero de bem servir Portugal e o Brasil.

Assim falará o anfitrião ao ilustre visitante. Assim e até com maior persuasão e muita eloquência, quando percorrermos as salas votivas do templo augusto, desde o Consulado — a Casa do Comércio até à TERTULIA ACADEMICA e a Biblioteca RICARDO SEVERO.

Biblioteca Ricardo Severo? Interrogará o general Craveiro Lopes.

Exactamente, senhor General. Esta foi a homenagem que nos julgamos melhor à memória do grande patriótico idealizador da nossa Casa de Portugal. Ele está sempre presente na nossa saudade e na nossa gratidão não apenas como precursor, mas como cientista de fama internacional, o patriota e escritor que fundou e dirigiu a «Portugália», o autor desse brevíssimo que resume e ensina aos nossos filhos, e aos nossos netos brasileiros, as "Origens da Nacionalidade Portuguesas".

Ah, sim. Agora me lembro. Ricardo Severo não é aquele debusto que, não faz muitos anos, se inaugurou na Sociedade de Geografia?

Esse mesmo, Senhor Presidente esse mesmo. E que grande democrata, que português batual

Nesta altura o Soares puxa a aba da casaca do chefe. Na verdade, batuta não é mui'o protocolar, e Pereira Queiroz, percebendo o aviso tem esta saída, filha, como tantas outras, duma espertiza oportuna:

Aqui o nosso secretário está mais ao par do assunto e até aproveitará a maré para apresentar a Va. Excia. uma queixa que traduz a mágoa de todos os portugueses de São Paulo, queixa e reivindicação das mais justas.

O Senhor General não pôde furtar-se à insinuação que o secretário vai explanar.

Sentam-se à mesa que foi a banca de trabalho de mestre Ricardo Severo. A luzida comitiva fica em volta, silenciosa e atenta.

Soares abre a volumosa pasta e entrega ao General Craveiro Lopes vários opusculos que são conferências de Ricardo Severo e aquêlê da homenagem que lhe prestaram em São Paulo em 1935. Depois, sem mais preâmbulos, começa assim:

"Eu, como sempre, interpreto o pensamento da Diretoria da Casa de Portugal. Nesses opusculos, Senhor Presidente, está uma pequena parte da obra patriótica realizada por um dos maiores e mais ilustres portugueses que viveram nesta cidade, ainda hoje

nosso orientador e exemplo de civismo para todos os portugueses. Seguir a sua doutrina democrática, realizar o que a sua inteligência e amor a Portugal aconselhava, é um dever sagrado para quantos, como nós todos ambicionam a Liberdade e a República. Ele interpretava o sentir e as mais nobres aspirações do povo a que nos orgulhamos de pertencer. O seu vasto saber, o prestigio que adquiriu a obra que realizou como engenheiro, as conferências de divulgação científica, de História, de Política, mostram o padrão da alta cultura que possuía, a inteligência e um coração ao serviço da Pátria. Pelo tanto que lhe devemos e porque a fidalguia da sua attitude enriquecem o patrimônio moral e espiritual da grei, tivemos profundo desgosto e recebemos como ingrãtidão feita à Casa de Portugal, a inqualificável attitude do Governo de Salazar negando a autorização para o busto em bronze de Ricardo Severo ser colocado na sede da Sociedade de Geografia. Eu datilografei o officio que justficava aquêlê oferta. Havemos de acreditar que a consagração do ilustre patriótico causava inveja ao ditador, convencido talvez que só se merecia homenagens e delas tinha monopólio, como ainda hoje certos senhores monopóliam o patriotismo, e direitos, proventos e honras de portugueses, e ele sozinho o Governo da Nação.

Confirmando o que dizemos, e provando o que afirmamos, altem Va. Excia. senhor Presidente, o eloquente testemunho da censura exercida em Portugal contra a justiça que se fazia a Ricardo Severo documento que me foi confiado pelo diretor do "Diario de Lisboa" e eu me comprometi a não divulgar até à sua morte. (Soares mostra ao General as provas tipográficas do "Diario de Lisboa" quando Ricardo Severo foi pela última vez à Metrópole), e continua:

Só passados doze anos da data da morte de Ricardo Severo e por reiteradas instâncias dos portugueses do Brasil é que o ditador consentiu que a Sociedade de Geografia inaugurasse o busto oferecido pelo Casa de Portugal. Nós confiamos, Senhor Presidente, que a visita de Va. Excia. a este país da Liberdade lhe de a coragem para acabar aquele regime de silêncio que procura ocultar o valor de homens ilustres como Ricardo Severo e curiar honrar a influência no conceito honroso que de Portugal fazem as outras Na-

ções. Eu só falo de Ricardo Severo, mas podia citar também o sãbio Egas Moniz que foi preciso serem os brasileiros a apresentar como candidato ao prêmio Nobel, e Jaime Cortesão, famoso historiador escolhido pelos paulistas para organizar e dirigir a Exposição Histórica do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. Mas maiores ainda são os prejuizos causados pela censura.

Diario de Lisboa

30-6-1935

N.º 4511

VISADO

Comissão de Censura

Choca amanhã a Lisboa a obra de Ricardo Severo, um dos portugueses mais ilustres do nosso tempo, cujo nome é conhecido em todo o mundo. Ricardo Severo nasceu em 1878, em São Paulo, e chegou a Portugal em 1898, para estudar na Universidade de Coimbra. Foi um homem de vasta cultura, de grande capacidade de trabalho, e de um patriotismo ardente. Foi um dos grandes nomes da cultura portuguesa do século XX. Foi também um dos grandes nomes da política portuguesa do século XX. Foi um dos grandes nomes da vida portuguesa do século XX.

Com a obra de Ricardo Severo, a Casa de Portugal, em Lisboa, inaugura o busto em bronze do grande patriótico idealizador da nossa Casa de Portugal. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX. Este busto, que representa Ricardo Severo, foi esculpido por um dos maiores artistas portugueses do século XX.

Intervenções na Atividade Cultural

Tendo o Circulo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra convidado o escritor Antonio José Saraiva para a realização duma palestra, foi ela, já depois de autorizada e anunciada proibida pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado. "É mais um fato de uma longa cadeia", diz a vítima, na carta que dirigiu ao ministro do Interior português, agora divulgada pelo valente "Portugal Democratico" que aqui em São Paulo se publica, para honra da democracia brasileira, e consolo dos portugueses livres a cujas mãos consiga chegar.

Quase no fim do extenso documento, que é duma implacável lucidez, e da nobreza que se espera de quem com tanta dignidade vem sofrendo o "cêreo" costumeiro — incluindo a perda da cadeira da Faculdade de Letras de Lisboa — escreve Antonio José Saraiva: "Ora, de todas as manifestações sociais que a polícia política mais se sente atingida são as culturais. Manifestações de força bruta, a Polícia política tem de considerar como seu inimigo natural não apenas o partido oposto ao dos governantes que ela serve (servindo-se dela) mas todo aquilo que se opõe à força, tudo aquilo que é espírito, cultura, civilização. Desta forma o interesse da Polícia política por assuntos culturais, à primeira vista surpreendente, está afinal na lógica dos fatos e pela mesma razão o Estado policial e totalitário é na sua inspiração mais profunda inimigo de toda a cultura.

"Nesta ordem de considerações, seria vão da minha parte protestar perante Vossa Excelência a minha dedicação à causa da cultura, invocar os serviços já prestados ao enriquecimento do nosso patrimonio cultural, as provas de reconhecimento e simpatia que tenho recebido dos meus leitores, o acolhimento que os meus trabalhos têm encontrado em certos meios competentes fora de Portugal. Seria vão, Excelência, porque não é apesar disso, é por isso mesmo, é porque tenho colocada acima de tudo os valores espirituais e civis — por eles sacrifiquei a cadeira, por eles me vejo espoliado do meu passaporte — é por isso mesmo, repito, que a P. I. D. E. pretende prejudicar a minha atividade cultural.

Eis para o cidadão "inocente" se pertence ao numero daqueles que gostam de falar no regime paternal que seria a ditadura portuguesa, oportunidade para meditar no que vem a ser esse paternalismo, que não fuzilou, nem sequer (espero) meteu na cadeia o professor Antonio José Saraiva, e que, decerto por isso, o inocente considera "bonzinho". Pois não podia ter-lhe feito muito pior. Esse inocente, pronto a achar atenuantes aceita afinal que o culpado é sempre a vítima, sobretudo quando contra esta não se usou de processos violentos. O inocente ainda se comove com a prisão, é capaz de se indignar com o assassinio cometido pela polícia — mas se se trata de uma proibição acha que não tem importância, de uma demissão, acha que alguma razão deve ter havido para isso, de uma recusa de passaporte que alguma a vítima deve ter feito "sua" é claro que não teria sofrido tais sanções.

Embora não faitem 23 prisões nos seus anais (se Miguel Torga esteve preso somente porque, num livro seu, disse o que pensava da ditadura franquista!), esse não é, na história da nossa cultura nos últimos 30 anos, o aspecto mais grave. É o, sim, aquele focalizado por Antonio José Saraiva nas linhas que tratam. É aquela terrível por isso mesmo, é o fato de não ser devida à atitude política dos intelectuais, mas à sua honestidade à sua independência, à sua intransigente defesa da liberdade da cultura, a perseguição de que são vítimas.

Por Adolfo Casais Monteiro

O que está em causa não são os direitos políticos; o que está em causa é a dignidade da cultura, que ela própria se torna atentado contra a "ordem publica" já que esta se baseia na supressão de opiniões que possam pôr em dúvida a infalibilidade de Estado Novo, e no amordamento dos valores cujo prestigio, por si só, constitui um agravo aos donos do poder. É tal prestigio que a censura e a policia são chamadas a abafar, a esconder; é a atividade dos espiritos independentes que se trata de restringir pela cadeia, sempre de modo a evitar que cheguem ao conhecimento do publico. Não haverá cadeiras para professores que mesmo inocente política se recusam a ser turiferados do Estado Novo, a fazer número nas suas manifestações culturais (?); não haverá funções de qualquer espécie para a ovelha ranhosa; que poderá ser impedida, como o foi o autor destas linhas, de exercer sequer o ensino particular — para não corromper a juventude, evidentemente.

E' por isto, e por muitas coisas mais que o Estado Novo não pode dispensar a censura à imprensa. Como ia ele defender-se de atitudes indefensáveis? Como ia ele exalcar as concessões sem prova de qualquer espécie as demissões, as proibições de jornais, as proibições de livros? Que se diga que no País perante a caducidade de acusações

(Conclue na pag. 3)

Manifesto dos Jornalistas do Rio

Excelentissimo Senhor General Craveiro Lopes Presidente da República Portuguesa:

"O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, que se honra em ter em seus quadros sindicais inumeros profissionais de imprensa filhos da gloriosa terra lusitana, quer significar a v. exa. e ao povo português a grande alegria de receber na Capital brasileira, entre os aplausos unânimes dos cidadãos, o primeiro magistrado da República irmã. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Capital da República, por esta feliz oportunidade da v. venia, vem perante v. exa. interpretando o sentimento dos seus colegas jornalistas portugueses, solicitar a carinhosa atenção do seu governo para que os problemas, ora em deba-

te na ONU sobre a liberdade de profissão de livre acesso às informações jornalistas, tenham acolhimento no Departamento de Imprensa de Portugal, hoje ainda sob os regulamentos restritivos, justos certamente em determinado clima politico da nação portuguesa, mas agora, quando a harmonia e tranquilidade já se fazem sentir no scio do novo português, certamente não terão a mesma validade imperiosa de seu cumprimento.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, confiante de que esse calará no esclarecido espirito de justiça de v. exa. desde já agradece a acolhida favorável de sua petição. Aproveito a oportunidade, sr. presidente, para, em nome da diretoria, apresentar os protestos de estima e consideração. a) Luiz Ferreira Guimarães,

O CASO DO DOUTORAMENTO

A proposta, apresentada na Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, para concessão do grau de doutor HONORIS CAUSA ao General Craveiro Lopes, provocou grande polémica nos círculos universitários e intelectuais.

Protestando contra esta medida, a Associação Paulista de Escritores dirigiu ao Diretor daquela Faculdade, Professor Euripedes Simões de Paula, a seguinte carta, que a imprensa brasileira largamente divulgou:

"Senhor diretor — A Sociedade Paulista de Escritores pelo voto da maioria de seus diretores — conselheiros — da discussão e da votação do assunto abstendo-se os diretores e os conselheiros pertencentes à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — vem manifestar a impressão desagradável que causou, a todos os intelectuais livres, a atitude da Faculdade aceitando e enviando ao Conselho Universitário uma indicação pela qual se concederia o título de Doutor «Honoris Causa» ao general Craveiro Lopes, que carrega o título de presidente de Portugal e vem em visita ao nosso País.

Realmente, senhor professor, uma Universidade, no seu verdadeiro sentido que transpira da propria etimologia do vocabulo, define-se como o mais elevado centro da cultura que só se adquire através do pensamento sem restrições e da discussão livre de idéias e opiniões. E a Faculdade de Filosofia é também, por definição, a alma de uma Universidade. E' ela quem ensina a pensar, e sem pensamento livre, não há erá uma verdadeira Universidade.

Ora, não há quem ignore a situação do sr. general Craveiro Lopes em Portugal, país que todos os brasileiros amam e prezam de maneira especial. Há mais de trinta anos domina essa nação, cujas tradições de gloria todos conhecem, uma ditadura que abafou ai toda a vida espiritual através da opressão e de um execrável regime policial. Os homens de pensamento de Portugal ou se reduziram ao silêncio dentro da própria metrópole, ou então foram segregados aos campos de concentração inóspito da Africa ou de algumas ilhas, como o celebre presidente do Tarrafal, onde os inimigos mais ativos da resistencia democratica são irremessivelmente entregues às "febres biliosas" que a ditadura portuguesa erigiu no seu mais eficiente instrumento de repressão politica. Em Portugal de hoje, não se publicam um só jornal, não se edita um só livro que não passe por uma implacável comissao de censura ditatorial. Existe ai apenas um partido, o do ditador, sendo prohibida qualquer outra agremiação politica, não tolerando a tirania sequer uma simples reunião pacifica de elementos da opposição. O Parlamento não tem o direito de estudar e discutir problemas, a sua missão foi reduzida exclusivamente a endossar as resoluções baixadas pelo ditador, sem a modificação de uma só virgula, pois nem a capacidade de pontuação se reconhece ao simulacro de Camara dos Deputados que funciona em Lisboa; um dos mais notáveis intelectuais portugueses, Antonio Sergio, viu confiscados os originaes do primeiro volume de sua "História de Portugal" porque baseou os seus conceitos criticos em documentos e pesquisas sociológicas cientificamente elaboradas, cujas conclusões contrariavam o misticismo torvo do ditador. A vida portuguesa paralizou-se inteiramente e as For-

ças Armadas desmoralizaram-se, pairando acima delas uma milicia fascista, a Legião Portuguesa, organizada no modelo dos "camilice nere" de Mussolini. A policia politica foi criada à imagem da Gestapo, na qual fez longo estágio na Alemanha o oficial português, seu organizador Agostinho Lourenço, de tenebrosa memoria, hoje reformado mas substituído pelo seu imediato formado na mesma escola de sevicia e intolerancia.

Pois bem, senhor Diretor da Faculdade de Filosofia, o general Craveiro Lopes, cujo passado se revela inteiramente submetido à vontade do tirano português, ocupa o posto de Presidente da República, para o qual foi nomeado pelo sr. Oliveira Salazar, num simulacro de eleições nas quais todas as fraudes se cometeram e toda violencia se dispunhou sobre a opposição que representa a maioria dos portugueses. Ninguém se lembraria de negar qualquer homenagem a um verdadeiro presidente de Portugal, mas, neste caso o verdadeiro chefe de Estado português, não na quem o ignore, é o ditador Salazar, que se mantém no poder mercê de um regime policial, não passando o general Craveiro disso a que aos franceses chamam um "homem de palha", aqui enviado ou aqui vindo na propaganda de um regime incompatível com as tendencias e com as convicções do povo brasileiro, privado do convívio com aqueles que representam o verdadeiro espirito português, porque este não pode manifestar-se através do livro, do jornal da palavra, condenados à mudez pela ditadura reinante em Portugal.

Como compreender, pois, que parte de uma Faculdade de Filosofia a proposta de uma homenagem, a maior que pode render uma Faculdade de Filosofia, a uma figura assim que encarna exatamente o contrário do espirito que deve presidir a uma Universidade digna desse nome.

Dai a razão destas palavras que a Sociedade Paulista de Escritores dirige à illustre Congregação da Faculdade de Filosofia, mais como uma correção fraternal do que um protesto, dado o profundo respeito que nos merece a "celula mater" da Universidade de São Paulo e a convicção de que o fato se verificou por uma inadvertencia, pois, tanto o illustre professor que apresentou a proposta quanto a Congregação que a adotou sem discutir, têm um passado isento de qualquer suspeita totalitaria e só poderiam admitir a pensando em Portugal que todos amamos, esquecendo-se porém de que a homenagem se dirige a um totalitário incompatível com o espirito universitário.

A Sociedade Paulista de Escritores aproveita o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da sua mais alta consideração. a) Paulo Duarte — Presidentes.

x * x

Respondendo a esta carta, o Professor Simões de Paula replica que, na outorga de título universitário em questão, não se cuidou de saber quais as opiniões politicas do General Craveiro Lopes e confessa que o Conselho Universitário não errou no mérito dos argumentos exarados pela Associação Paulista de Escoteiros:

"Temos a honra de acusar o recebimento de seu officio de 23 do corrente, em que v. exa., em nome da Sociedade Paulista de

(Conclue na 5a pag)

PORTUGAL NA IMPRENSA BRASILEIRA

É largamente por onde escolher, este mês na Imprensa brasileira. Muito antes da visita do General Craveiro Lopes, foram presos dois portugueses, no Rio de Janeiro, acusados de prepararem um COM-PLOT contra o visitante. O grande jornalista Rubem Braga refere-se assim ao caso, na FOLHA DA MANHÃ:

A polícia prendeu dois portugueses acusados de estarem preparando manifestação de desagrado ao presidente Craveiro Lopes quando de sua estadia no Brasil. Dizem os jornais que no quarto dos dois homens foram encontrados jornais e folhetos comunistas; que entretanto os dois negam serem comunistas e confirmam serem contra o regime de Salazar. Eram marujos da Armada Portuguesa que, por terem se manifestado contra o regime, passaram, passaram 18 meses presos na ilha do Sal. Em junho de 1955 vieram como embarcações para o Brasil e aqui ficaram. Negam, os dois, estarem preparando manifestações ou atentado contra o presidente Craveiro.

Até aí tudo normal; a polícia tem realmente o dever de evitar qualquer espécie de aborrecimento ao ilustre hospede. Mas há uma nota que me parece terrível: ou pelo fato de guardarem literatura comunista ou simplesmente literatura comunista ou simplesmente por não terem seus papéis em ordem, os dois homens estão ameaçados de serem expulsos — para Portugal, naturalmente.

Essa expulsão pode ser muito legal e até coisa de rotina; mas não queremos discutir uma questão de direito e sim uma questão de fato. O fato é este: Portugal vive sob uma ditadura que reprime da maneira mais severa qualquer oposição. Inferno — chamam os dois homens à ilha do Sal, onde estiveram. O melhor que lhes poderá acontecer, se forem devolvidos a Portugal, é serem mandados de volta àquela ilha, onde tantos presos já pereceram. Estaremos condenando esses dois homens ao maiores sofrimentos e talvez à morte pelo crime de lutarem eles contra uma Ditadura.

Os laços de amizade que unem Brasil e Portugal nos dão a certeza de que a visita do presidente Craveiro Lopes será sobretudo uma grande festa de carinho.

Mesmo os brasileiros — e são a maioria — que preferem viver em um regime democrático e não simpatizam com a Ditadura do sr. Salazar, farão abstração dessa diferença política para ver apenas, na figura de Craveiro Lopes, o presidente da República de Portugal; é, claramente, a Portugal e ao povo português que torem prestadas.

Não é possível, entretanto, que entre essas homenagens se inclua a entrega, aos esbirros lusitanos, desses dois pobres homens que já pagaram duramente pelo crime de ter idéias. Será uma desumanidade que não honrará, mas deslustrará o nome do Brasil; todo o sentimento brasileiro, que herdamos precisamente de nossos avós portugueses, se revolta contra essa idéia repugnante e cruel.

As grandes festas do Estado e do povo são honra e motivo de perdão e anistia. Seja bem-vindo o presidente Craveiro Lopes, que não nos vem pregar fascismo nem ditadura, mas apenas nos trazer um grande abraço português. Mas que esse obscuro Manuel e esse pobre José sejam soltos e possam viver em paz no Brasil; somos um país grande, não podemos ter gestos pequeninos.

Uma Semana antes da chegada, o brilhante escritor Gustavo Corção escrevia, no ESTADO DE SÃO PAULO:

Nós, como filhos emancipados, poderemos também dizer a mamãezinha que não apreciamos o antipático regime em que vive o mais simpático dos povos. E assim sim! Isto é que seria uma boa e cordial recepção. O Mario Pedrosa, entrevistado por um desses jornalistas que nos perguntam tudo, declarou que o general Craveiro devia ir de bonde ou de trem a Brás do Pina onde mora a sua parente pobre. Estou com ele, por temperamento e por filosofia. Assim ao menos o general teria o que contar, em vez de ter esse enfadonho programa que traçaram e que se parece com todos os programas oficiais.

Num editorial bem comedido a FOLHA DA MANHÃ de 5 do corrente escrevia:

É certo que Portugal dispõe

hoje de um regime político baseado na restrição de liberdades pelas quais sempre o Brasil lutou. Mas não é na qualidade de pregoeiro desse regime que o presidente da República Portuguesa visita o nosso país. Ele chega ao Brasil com as mãos limpas e o coração aberto, numa visita de fraternidade. O Brasil, acima das restrições que possa fazer o regime político de Portugal, só pode, nessas condições, abrir também o seu coração ao ilustre visitante, recebendo-o com as homenagens a que faz jus o povo português, que ele representa.

A IMPRENSA POPULAR é mais candente, quando escreve: A visita de Craveiro Lopes é uma ofensa ao povo português e à sua colônia radicada em nosso país, porque, entre outras medidas, antes de chegar mandou para cá um numeroso e adestrado corpo de policiais da PIDE a fim de intimidar os portugueses democratas. Nestes dias em que estará presente em nosso país a figura decorativa do salazarismo, nosso povo não

deixará de aproveitar a oportunidade para intensificar a sua solidariedade a todos os portugueses patriotas e democratas em seu vigoroso protesto contra o Estado Novo salazarista, pela independência, a democracia e o progresso em Portugal, pela liberdade de milhar de presos políticos, manifestando todos os brasileiros, mais uma vez, a sua entranhada amizade ao povo irmão, desejando-lhe a justa e próxima vitória democrática que liquide a opressão imperante em seu país e restabeleça a soberania nacional de Portugal, agora comprometida por meio da aliança guerreira estabelecida com os Estados Unidos.

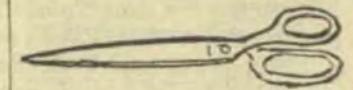
Comentando, com o espírito que lhe é peculiar, a falta de liberdade de imprensa no nosso país, Pedro Leite escreve, na FOLHA DA TARDE:

O ESPANTO DA IMPRENSA LUSA

Os jornalistas portugueses ficaram meio espantados com a

Imprensa do Brasil. Lá no velho Portugal, a rude censura salazarista impede umas coisas, a medrosa auto-censura outras ainda maiores e, quando algo escapa, há o perigo suplementar de o pau comer, brandido pelo atacado. Atordoaram-se, lendo a "TRIBUNA DE IMPRENSA", e a "ULTIMA HORA", uma atrás da outra. Que realidades diferentes espelhadas no mesmo país e na mesma cidade! E — cá entre nós — lá no intimo menos censurado do seu peito os colegas lusitanos devem ter sentido saudades dos belos tempos das farpas aguçadas de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, num brilhante século passado, que, segundo a crença pelo avesso do Claret Costa, é o verdadeiro futuro.

(Conclui na 5.a pág.)



BIOGRAFIA DO GENERAL

General Craveiro Lopes — Está para chegar, em visita oficial ao Brasil, o general Craveiro Lopes que, pelo seus dotes intelectuais e principalmente pelo significado do seu nome nas lutas do espírito, vai seu nomeado doutor honoris causa da Universidade de S. Paulo.

Como a imprensa do Brasil é de uma pobreza franciscana quanto ao conhecimento dos grandes vultos da humanidade, achamos de nosso dever oferecer aos leitores uma biografia verdadeira e tanto possível completa do grande militar que vamos ver e conhecer pessoalmente.

No último ato de traição à República portuguesa, em 1926, houve a cena da prisão e deportação do chefe militar de 28 de maio, o general Gomes da Costa e a nomeação, em caráter efetivo do seu Ministro da Guerra, o general Oscar Carmona, para o cargo de Presidente da República de Portugal.

Desse golpe de quartel que destruiu, prendeu e deportou o velho herói do exército português, faziam parte, além de outros, o general Sines Cordes conhecido como um dos mais hábeis delapidadores e dinheiros públicos que já passaram pelo Ministério das Finanças; Passos e Souza, reacionário farfático e monarquista notório e mais um general, carreirista marceiro que, no governo republicano, sempre ocupara como oficial da ativa, postos de confiança e bem remunerados, dada a circunstância de ter família numerosa e estar filiado a um dos partidos políticos. Era o general Craveiro Lopes, senhor, pai do atual Presidente da República, o qual, para não perder tempo, logo bandeira para a ditadura.

Mas, em fevereiro de 1927, a cidade do Porto e a maioria das guarnições do norte de Portugal revoltaram-se contra a ditadura chefiada por Carmona. Coube ao velho general Craveiro Lopes sufocar essa rebelião republicana, cruelmente esmagada pela tropa, reforçada pelos fascistas e trauliteiros.

As recompensas não se fizeram esperar: nomeado comandante da região militar, com sede naquela cidade, o velho militar aí instalou um Tribunal de Guerra que condenou à pena máxima os chefes da revolta que se chamavam: general Fernando Freiria, comandante Jaime de Moraes, dr. José Domingues dos Santos, dr. Jaime Cortesão, capitão Sarmiento Pimentel e dezenas de políticos e oficiais e sargentos republicanos, todos mandados para os calabouços do Estado ou deportados para as colônias.

Logo a seguir, como prêmio à sua dedicação a Salazar, deram ao bravo general o posto de Governador Geral da Índia Portuguesa, para onde embarcou com um grande número de parentes e amigos. Na Índia, o sucesso de d. João de Castro distribuiu pela sua dinastia todos os postos e empregos rendosos. O período de governo era, pela lei, de quatro anos, mas uma nova lei, uma lei Denis portuguesa, renovou-lhe o mandato por mais quatro anos, ao fim dos quais morreu o ilustre militar, cujo epitáfio foi traçado pelo cientista Goês, Floriano de Melo: "Foi prestar a Deus as contas das palacas por que vendeu a sua fé republicana à ditadura...". Sucedeu-lhe, como encarregado do governo, o primogênito, Francisco Higinio o herói que o Brasil vai agora hospedar e que lá permaneceu, por certo tempo, para consolidar o prestígio da família. O atual Presidente da República, para o necessário es-

tágio e exame como candidato a coronel, em 1939, regressa a Portugal.

Foi logo colocado na base aérea dos Açores, voltando a Lisboa em 1944, para comandar a Legião Portuguesa, organização fascista que é um dos pilares do regime salazarista. Nomeado brigadeiro em 1947, era em 1949 escolhido para o posto de general e ainda nomeado deputado do partido único que, na chamada Assembléa Nacional, em por missão aprovar, sem mexer uma vírgula, as leis feitas pelo ditador.

Como estivesse o general Carmona muito doente, Salazar pensou em arranjar que o substituisse, escolhendo o contra-almirante Magalhães Correia, de orientação liberal e que caiu na ingenuidade de dizer que "aceitaria o cargo desde que pudesse garantir um mínimo de liberdades ao povo português, entre as quais a de imprensa e o reconhecimento dos partidos de oposição". É claro que foi posto de

(Conclui na 5.a pag)

A FACULDADE DE FILOSOFIA

No último dia 27 de Abril, o sr. Antônio de Oliveira Salazar, ditador fascista de Portugal, completou, segundo dizem os telegramas dos jornais, evinte e nove anos de permanência ininterrupta no gabinete e vinte e cinco na chefia do Governo.

"Curto espaço", como certamente observaria o nosso Vargas, se já não tivesse entrado História a dentro, triunfalmente, na crista de uma onda de lama — "curto espaço em que Portugal, dirigido no plano econômico por uma dona-de-casa sovina — que mantém os cofres cheios e os bolsos do povo vazios — mergulhou em todos os demais setores na mediocridade, na intolerância, no obscurantismo, Vinte e cinco anos de fascismo, isto é, vinte e cinco anos de preconceitos, de censura a todas as formas de expressão do pensamento, de opressão policial, de submissão ao reacionarismo mais negro; vinte e cinco anos de minorias privilegiadas, de padres e generais a mbolorar o espírito português em nome de uma pseudo-civilização cristã que, para sobreviver, dependeu do silêncio imposto a força e dos campos de concentração em África.

Salazar, como todos os tiranos — como todos os homens odiados — viaja pouco. Uma ou outra es-

conversa com outro abutre, Franco, e assim mesmo a imprensa lusa apenas noticia o fato depois de estar o "benfeitor" de volta, são e salvo entre seus padre e seus generais. Só isso. Razões de segurança...

Prêso, pois, a Lisboa — obrigado a vigiar tudo e todos pessoalmente — Salazar manda, de quando em vez, algum dos seus lacaios correr mundo, em missão de boa vontade. Quem vai, em geral, é o Presidente da República, pobre diabo cuja única função é fazer o que o ditador acha cacete ou não pode. E foi assim que Craveiro Lopes veio ao Brasil dar com os costados no Brasil.

A verdadeira razão da sua viagem ninguém ignora; tratava-se de demonstrar ao mundo a força da solidariedade luso-brasileira e utilitarista; o efeito como tranfo na questão de Gos. Tratava-se de contrabalançar a programada visita de Nehru à América Latina. Trata-se, em duas palavras, de explorar a fundo a suspeita cumplicidade do governo brasileiro nas aventuras colonialistas do fascismo português. A tudo isso presta-se alegremente o nosso inteligente Kubitschek; coisa que não justifica o trabalho de escrever um artigo.

Sucede, porém, que algo de mais grave que as homenagens do governo luso ocorreu com essa vinda

de Craveiro Lopes ao Brasil. Por iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi sugerido ao Conselho Universitário que se concedesse ao título de Salazar o título de doutor honoris causa pela Universidade de São Paulo. Isto é absolutamente incompreensível. Se a idéia tivesse partido de uma dessas escolhinhas que andam por aí, não nos surpreenderíamos. Mas da Faculdade de Filosofia que deve ser a alma mesma da Universidade, é incrível. Ignoram os autores dessa infeliz proposta o significado que o fascismo de Craveiro Lopes representa? Ignoram o que é a luta contra a verdadeira cultura e a liberdade de pensamento a que sistematicamente se entregam os fascistas? Ignoram as humilhações a que são submetidos os intelectuais em Portugal, as arbitrariedades, os crimes? Nenhuma ditadura foi mais impiedosa com os intelectuais e os homens de cultura que a portuguesa. No entanto, são os professores da Faculdade de Filosofia de São Paulo que se lembram de oferecer, ao delegado dessa ditadura, o título de doutor honoris causa pela nossa Universidade! Terá o amolecimento das consciências, entre nós, atingido também a melhor das nossas escolas superiores?

(Escrevito do "Anhembi")

ECOS

O Governo do Estado Novo português gasta com todas as Bibliotecas públicas do país a sexta parte do que dispense só com a polícia política.

x * x

Em 1953 havia em todo o país 97 pessoas com um rendimento anual superior a um milhão de escudos, enquanto que, por outro lado, existiam

6.054.000 propriedades rústicas a que o fisco atribuía um rendimento coletável médio de cinco escudos por ano!

x * x

No decênio 1940/50 o número de artesãos-patrões sofreu em Portugal uma redução de perto de 20.000 na indústria transformadora.

x * x

Entre 1935 e 1955 a população escolar de ensino primário aumentou oitenta por cento, enquanto que nos mesmos vinte anos o número de escolas aumentou apenas 20 por cento